

Fernando Henrique Cardoso: uma discussão metodológica para a análise da dependência

Katia Aparecida Baptista – katiabaptista@gmail.com

Milton Lahuerta – mlahuerta@fclar.unesp.br

Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista – Campus de Araraquara/ Departamento de Antropologia, Política e Filosofia.

Área Temática: Teoria Política - Estado y sociedad em la Ciencia Política Latinoamericana Dependencia, populismo y nuevas perspectivas de análisis

Trabajo preparado para presentación en el VII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP). Bogotá, 25-27 de septiembre de 2013

Resumo: Este trabalho tem por objetivo resgatar o debate intelectual que se dá em torno da questão da dependência estabelecido por Fernando Henrique Cardoso, que fundamentará suas reflexões a partir de uma análise crítica às teses estagnacionistas elaboradas por autores como Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos, bem como a toda uma geração dos anos sessenta que acreditava na possibilidade de realização da Revolução Socialista, enquanto redentora do Capitalismo Dependente. A discussão tecida versará a respeito das opções teórico-metodológicas que passam a dominar o debate sobre a questão da dependência, apresentando uma análise sobre as condições, as possibilidades e as formas de desenvolvimento econômico em países periféricos da América Latina, ao considerar seus condicionantes políticos e sociais. Nessa perspectiva, constata-se uma análise do processo econômico que considere as diferenças histórico-estruturais, apontando para uma análise de situações concretas de dependência, assim como de se evitar equívocos teóricos, que por sua vez, conduziram a estratégias perigosas de ação política. A discussão realizada por Cardoso ao longo da década de setenta resultará numa artigo, escrito em parceria com José Serra no final desta década: As Desventuras da Dialética da Dependência. Esta publicação seria representativa da predominância de uma abordagem que prima, justamente, pelo aspecto político, característico das obras de Cardoso, que será contundente ao considerar que a constatação da inviabilidade dos projetos de desenvolvimento nacional teria gerado entre os intelectuais marxistas certa confusão sobre a inviabilidade do projeto de desenvolvimento nacional e autônomo e a frustração do desenvolvimento capitalista.

A discussão que se dá em torno da Teoria da Dependência, durante os anos sessenta, constitui um eixo temático que nos permite vislumbrar o significado da trajetória de determinados grupos de intelectuais que, em sua relação com a cultura e a política brasileiras, organizavam seus debates pensando sobre os rumos da história em pleno regime autoritário, algumas vezes chegando a exercer influência sobre a prática política da época.

Todavia, discorrer sobre a Teoria da Dependência pressupõe, de antemão, uma vasta área de conhecimentos que abrange aspectos econômicos, políticos, ideológicos, bem como teóricos e metodológicos, suscitando uma nebulosa discussão quando pensada de forma tão ampla, dada a falta de definição do discurso teórico que nos situaremos para a realização deste trabalho.

Com isso, procurando evitar um caminho enigmático, opta-se nessa análise pelo exame da agenda de determinados intelectuais que, iniciando seus estudos no pré-1964, acabam por desenvolver a análise sobre uma teoria marxista da dependência. Nesta perspectiva, elegemos intelectuais brasileiros que estiveram ligados diretamente ao tema e contribuíram para a construção do pensamento social no Brasil em meados da década de sessenta.

Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos, em contraponto a Fernando Henrique Cardoso, constituem nesse trabalho um referencial de interpretação e tentativa de compreensão da história das ideias no Brasil durante os anos sessenta, no que tange ao comportamento dos atores sociais nesse período, ao significado do Golpe de 1964 e às particularidades da síntese que estes autores fizeram sobre o problema do desenvolvimento capitalista em países subdesenvolvidos.

Nessa perspectiva, procura-se pensar sobre o dimensionamento político dessas formulações, levando em consideração os parâmetros ideológicos que se formaram baseados no discurso teórico em torno do tema. Por conseguinte, este tipo de análise leva à reflexão sobre qual seria o lugar de Cardoso neste debate, uma vez que, na década de oitenta, ele próprio questionaria: “(...) até que ponto as modificações de colocação teórica foram mais do que meramente verbais e até que ponto as mudanças ocorridas em nossos países atingiram, de fato, os alvos proclamados como desejáveis?” (CARDOSO, 1993, p.13).

Dito noutros termos, o propósito deste artigo volta-se para a verificação dos efeitos, das consequências ou dos resultados do debate intelectual sobre a prática política no Brasil, na intenção de averiguar qual linhagem de pensamento mais se ajustou às reais possibilidades de ação política após a segunda metade da década de sessenta sob o Regime Autoritário.

Ademais, esta discussão aponta em seu horizonte para o embate teórico-metodológico em torno da questão da dependência que desembocará, no fim dos anos setenta, numa polêmica “mal resolvida” entre Fernando Henrique Cardoso e Rui Mauro Marini, como será possível observar ao final deste trabalho.

É fato reconhecido pela bibliografia sobre a América Latina que, no contexto aberto com o término da 2ª Grande Guerra, desenvolve-se em todo o subcontinente uma promessa de superação do subdesenvolvimento, levada adiante pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), instituição criada pela ONU, em 1949 em Santiago do Chile, e dirigida pelo economista argentino Raúl Prebisch.

A CEPAL¹ inaugura uma nova linhagem teórica sobre a América Latina, apresentando uma análise crítica da condição subdesenvolvida, ainda que com uma

¹ É importante ressaltar que o pensamento cepalino irá modificar-se ao longo das décadas que se seguem, mediante não somente às mudanças de seus quadros intelectuais, mas também diante das

visão otimista sobre o futuro destes países. Em linhas gerais, os intelectuais que nela atuam acreditam que através de uma política correta de industrialização impulsionada pela ação estatal em aliança com a burguesia e os trabalhadores, a periferia seria capaz de superar sua condição “atrasada” e, através do progresso técnico, alcançar um desenvolvimento capitalista “autônomo”, em contraposição ao imperialismo das economias hegemônicas.

Entretanto, esse “otimismo” que marcaria fortemente a intelectualidade dos anos cinquenta seria desconstruído durante os anos sessenta. Paulatinamente, vão se impondo outras interpretações sobre a condição dependente, levadas adiante por uma *intelligentsia* crítica e, no limite, pessimista frente à produção científica sobre o modelo de desenvolvimento formulado pela CEPAL. Um pessimismo que surge da constatação de que se estava vivendo um processo estrutural de estagnação econômica que teria tornado claro o fracasso das políticas de desenvolvimento propostas pela instituição. Os próprios intelectuais ligados à CEPAL ficaram sob a influência dessas teses estagnacionistas com relação ao destino dos países periféricos, que passariam a insistir na impossibilidade do desenvolvimento no subcontinente.

O golpe militar de 1964 no Brasil funciona como um divisor de águas no que se refere à proliferação das teorias estagnacionistas acerca das possibilidades de desenvolvimento capitalista em sociedades periféricas. Dentro e fora da instituição, há uma perda de influência das análises da CEPAL e se realizam “varios intentos de reformulación de sus postulados”. (PALMA, 1987, p. 59).

Com o intuito de realizar estudos inovadores sobre a dependência, Cardoso enfatiza a necessidade de se conceber o tema como uma problemática e não como uma teoria. Nesse sentido, as situações de dependência constituiriam um problema que ultrapassava as estruturas econômicas e, por isso mesmo, os estudos sobre ela, críticos das teorias do desenvolvimento formuladas nas décadas anteriores, deveriam levar em conta de modo forte a dimensão política.

Assim, na virada dos anos 1960, ganham cada vez mais densidade as críticas feitas, particularmente por Fernando Henrique Cardoso, às formulações hegemônicas no debate intelectual à esquerda, procurando distanciar-se tanto das tradições isebianas quanto das leninistas, fossem elas mais ou menos identificadas com a esquerda revolucionária ou nacionalista. Pretendia-se com isso não só realizar a crítica do nacionalismo e do varguismo, mas também demarcar a diferença das vertentes esquerdistas que haviam optado pela luta armada.

Já no início dos anos sessenta, a análise de Cardoso dirige-se às possibilidades de realização de um projeto nacional levado a cabo por uma burguesia progressista, mas o faz de modo ainda tímido². Nesse contexto, o autor explicita a fragilidade da política populista, ao negar a existência de uma burguesia capaz de encarnar um projeto nacional de desenvolvimento. Em seu lugar, operando uma mudança no léxico, revela a existência de um “empresário industrial” que é caracterizado como uma classe que não acredita na política nacionalista e nem possui projeto político próprio. Ou seja, já no desenvolvimento de suas reflexões sobre o

conjunturas históricas e políticas dos países latino-americanos, principalmente nos anos oitenta e noventa, com o advento do neoliberalismo na América Latina.

² Por um lado, o início dos anos sessenta revelava uma sociedade cada vez mais politizada, estimulada pelo que parecia ser uma possibilidade de transformação concreta da realidade e impulsionada por uma grande atividade teórica e intelectual. Ainda assim, antes de 1964 prevalecera uma sociologia que “se interessava pelos obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, no intuito, sobretudo, de remover essas barreiras em nosso caminho para o moderno” (ARANTES, 1992, p. 15).

empresário industrial e o desenvolvimento econômico no Brasil, podem-se identificar alguns dos fundamentos do que, posteriormente, se constituiria como a crítica às teses estagnacionistas, segundo Cardoso, predominantes no pensamento de dois intelectuais partidários da esquerda revolucionária: Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos³.

Quando sobrevém o golpe militar, Cardoso, sentindo-se perseguido, sai do país e ingressa na CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), ficando exilado no Chile, de 1964 a 1967, onde encontra suporte teórico para o desenvolvimento de suas investigações sobre a possibilidade de desenvolvimento em situações de dependência. Desde então, Cardoso vai aprofundar suas posições críticas com relação à temática da estagnação social, segundo a qual os países periféricos estariam fadados a permanecer nessa situação, sem atingirem um grau de desenvolvimento econômico capitalista que lhes permitisse concorrer no mercado mundial. É nesse contexto que Cardoso se lança no debate, contrapondo-se à visão pessimista dos estagnacionistas, propondo, juntamente com Enzo Faletto, o que vão denominar de “um ensaio de interpretação sociológica” sobre a questão ao escreverem o livro: *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (1975)⁴.

Diferentemente, não só da concepção cepalina, mas também de autores como Theotônio dos Santos e Rui Mauro Marini, que se tornam seus interlocutores, Cardoso reivindicava a necessidade de se superar as generalizações estruturalistas, através da análise da situação concreta de cada país da América Latina.

A nova visão apresentada por Cardoso, segundo ele mesmo:

... rompia com a tradição de análise que via a questão do desenvolvimento como um processo de reposicionamento entre países na divisão internacional de trabalho (...) a ênfase que antes era posta globalmente na relação entre o externo (o imperialismo) e o interno (a Nação) passou a ser mediatizada, nas análises sobre a dependência, pelo processo de luta entre as classes. Dessa forma, a questão do desenvolvimento deixou de ser uma questão econômica para ser uma questão política (CARDOSO, 1993, P.19).

Cardoso e Faletto enveredam assim por uma abordagem histórico-estrutural da dependência, que se traduz de modo diverso em cada país devido às peculiaridades históricas e específicas dos mesmos. A situação de dependência nasceria, precisamente, da relação entre países periféricos e centrais, moldando a articulação das classes sociais, da economia e do Estado. Nesse sentido, o desenvolvimento nacional dependeria, principalmente, da capacidade de cada nação para tomar as decisões de política econômica que a situação requeresse. Substituíam, assim, a teoria estagnacionista por análises de situações concretas de dependência,

³A efervescência cultural que aflora no pré 1964 reflete o cenário nacional a partir de 1945 com o advento da democracia, consolidando a classe operária como ator social e desembocando numa forte movimentação das camadas médias urbanas. Nesse contexto, emergem vários círculos de esquerda que abordam os problemas do desenvolvimento econômico capitalista na América Latina. Dentre eles, encontra-se a POLOP (Política Operária/1961), que teve Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos como dois de seus principais personagens. Coerentes com a organização que ajudaram a fundar, os esforços de Marini e Santos nesse período se voltam para a análise do caráter da burguesia nacional, do desenvolvimento nacional e da estagnação social, defendendo a ideia de que a Revolução Socialista seria o único caminho para se superar a situação de dependência. (BAPTISTA, 2004)

⁴ Este livro teve sua primeira edição em 1967, no Chile.

demonstrando que para os países periféricos da América Latina restava sim a possibilidade de um desenvolvimento capitalista, ainda que dependente e associado. Tal postura tem como desdobramento, na década seguinte, a defesa da via democrática, na qual, através de estratégias concretas de participação política, obter-se-ia a abertura do regime autoritário instaurado em 1964 com o golpe militar.

Cardoso e Faletto, ao refletirem sobre o conceito de dependência, acenam não só para a relação entre economia e política, como aos movimentos sociais e ao funcionamento de todo o sistema de articulações dos grupos, tanto no plano interno quanto externo. O que eles procuram verificar em cada país é o modo pelo qual a economia se integra ao mercado internacional, mostrando que isso ocorre de formas bastante distintas no que se refere à relação entre os grupos sociais internos e destes com os grupos externos.

Em 1971, durante a conferência no Chile, Cardoso afirma que ele e Faletto tinham como um de seus objetivos principais:

... evitar [uma] espécie de dialética formal, que vê na história o desdobramento de contradições unívocas. Substituímos este tipo de dialética pelo que na linguagem da moda, se diria uma concepção das contradições como “complexamente – estruturalmente – desigualmente determinadas” ou “sobredeterminadas”. Por isso, insistimos em que a contradição entre as classes sociais nas situações de dependência inclui contradições específicas entre a Nação (o Estado) e o Imperialismo e entre os interesses locais das classes dominantes e seu caráter internacionalizante (CARDOSO, 1971, p.33).

Para estes autores o conceito de dependência designava, de antemão, uma relação de caráter econômico-estrutural que se encontra intrinsecamente ligada a um tipo específico de relação entre as classes, a nível nacional e internacional, garantindo a vinculação econômica com o exterior. Relação econômica esta que teria se estreitado com a expansão capitalista, originando o que denominavam de situação de dependência, não enquanto “consequência interna de um antecedente externo”, mas como resultante histórico-estrutural que vem a tona com a constituição do mercado internacional.

De modo que, tendo como ponto de partida de suas análises o conceito de *dependência estrutural*, Cardoso e Faletto consideram que: “a noção de dependência alude diretamente às condições de existência e funcionamento do sistema econômico e do sistema político, mostrando a vinculação entre ambos, tanto no que se refere ao plano interno dos países como no externo” (CARDOSO; FALETTO, 1975, p. 27). Na verdade, essa forma de conceber a questão da dependência deveria trazer em seu bojo a ruptura “com a tradição de análise que via a questão do desenvolvimento como um processo de reposicionamento entre países na divisão internacional de trabalho” (CARDOSO, 1993, p.19). A intenção explícita era a de transformar o tema do desenvolvimento numa questão política e não meramente econômica, como até então se havia formulado.

É nesta perspectiva que, para Cardoso e Faletto, a dependência não deve ser considerada uma “variável externa” e, por isso, um mero reflexo das nações hegemônicas, uma vez que a condição histórica de cada país imprime neles características distintas, produzindo um determinado arranjo entre as classes que não é estático, mas ao contrário, possui um caráter dinâmico: “(...) a relação entre as classes é que torna possível e dá fisionomia própria à dependência” (CARDOSO;

FALETTO, 1975, p.36). Assim, eles definem como componentes da situação de dependência tanto a ambiguidade “interno-externo” como a presença simultânea de uma premissa nacional e de classe, cuja contradição deve ser colocada em primeiro plano para análise.

Como consequência de suas análises – e contrariamente ao pensamento majoritário entre a esquerda – Cardoso ao longo de seus escritos da segunda metade dos anos 1960 vai se posicionando de modo cada vez mais explícito em prol da abertura democrática, por considerar absolutamente inviável a realização de uma revolução socialista. Contra o Estado repressor e autoritário, que se instaurou no pós-64, proporrá como caminho à via democrática a ampliação da participação política dos setores sociais que emergem com a modernização autoritária. Ao inovar os estudos sobre a dependência, introduzindo o aspecto político da questão, Fernando Henrique Cardoso se tornava um ator político com fortes raízes, visto como uma espécie de representante da *intelligentsia* brasileira. Nesse sentido, Cardoso é expressivo de uma geração de intelectuais cujos estudos “personificaram momentos importantes da ruptura com a cultura política dos anos sessenta e da incorporação de novos temas à agenda pública” (LAHUERTA, 2001).

Com isso, se durante os anos sessenta e a primeira metade dos anos setenta a discussão intelectual prossegue girando em torno dos grandes temas estruturais (como a questão da dependência, da estagnação econômica, do fracasso e das possibilidades de desenvolvimento do capitalismo na América Latina), crescentemente, o foco vai se deslocando para a questão da especificidade da política. Essa tendência se inicia com o recrudescimento do contexto ditatorial a partir de 1968 e com o AI-5, quando ganham força os temas propriamente políticos, em virtude das tentativas de institucionalização da ditadura, do tipo de participação do Estado no desenvolvimento e das possibilidades de instauração da democracia. Como dizia Cardoso à época: “esta revalorização da dimensão política na história dos povos dependentes e a redescoberta do caráter fundamental da situação de dependência (...) constituem (...) o contexto dos novos desafios intelectuais postos pela situação latino-americana” (CARDOSO, 1969, p.16).

Cardoso, ao discorrer a respeito da intenção crítica de seus estudos sobre a dependência, assinala que ela se constrói procurando mostrar que o “desenvolvimento que ocorre é *capitalista*” e, portanto, está estreitamente vinculado ao processo de expansão capitalista internacional e às “condições políticas em que este opera”. Grosso modo, a intenção de Cardoso busca recuperar o significado político dos processos econômicos, insistindo quanto à “possibilidade de explicar os processos sociais políticos e econômicos a partir das situações concretas e particulares em que eles se dão nas situações de dependência” (CARDOSO, 1971a). Salientando seu ponto de vista, o autor utiliza um trecho de seu livro com Faletto para mostrar como, em sua concepção, a pretensão da utilizar o termo dependência, por meio do qual se almeja atribuir significado a fatos e situações que emergem em circunstâncias históricas peculiares, ao procurar esclarecer como se configuram as articulações entre o interno e o externo:

... o conceito de dependência [...] pretende outorgar significado a uma série de fatos e situações que aparecem conjuntamente em um momento dado e se busca estabelecer por seu intermédio as relações que tornam inteligíveis as situações empíricas em função do modo de conexão entre os componentes estruturais internos e externos. Mas o externo, nessa perspectiva, expressa também como um modo particular de relações entre grupos e classes sociais no

âmbito das nações subdesenvolvidas (*apud* CARDOSO, 1971a, p.28).

Cardoso tem como propósito a construção de uma análise que recubra os diversos interesses que dão contornos à forma pela qual o capitalismo se desenvolve em situações concretas de dependência, nas quais se estabelecem as mediações políticas e sociais que compreendem, respectivamente, o Estado e as classes sociais, ambos com suas peculiaridades históricas. No que se refere às relações historicamente constituídas, o autor afirma em um de seus artigos, escrito em 1971, no qual tece uma crítica ao althusserianismo de Poulantzas, que não é possível desenvolver uma teoria da dependência, mas simplesmente análises de situações concretas de dependência. Isto o leva a considerar que os interesses locais, tanto do Estado quanto das classes também condicionam a forma como o modo de produção capitalista se expressa concretamente nos países dependentes, o que representa a existência de uma dinâmica particular própria a cada um desses países. Ou seja, com base nos pressupostos metodológicos de Marx, Cardoso pretendia demonstrar a necessidade da análise dialética das situações concretas de dependência, recusando um tipo de *démarche* teórica que tratava da dependência em geral:

Justamente porque o marxismo *não elabora* categorias gerais (o econômico em geral, o político em geral, as classes em geral etc.) não existe o fantasma do economicismo na compreensão das classes sociais como categorias economicamente determinadas: elas, como conceito, só se aplicam a situações nas quais a distribuição social dos homens na produção é o critério fundamental – desta situação ou modo de produção *particular* – para a estruturação das camadas da população (CARDOSO, 1993, p. 120).

Ressalte-se que suas críticas se dirigiam, especialmente, àqueles intelectuais que Cardoso denominava de “pseudomarxistas”, por operarem com uma doutrina “teoria do imperialismo” e insistirem na iminência de uma remota e impossível, em sua concepção, revolução socialista. Em sua concepção, esses, além de trabalharem com conceitos gerais, estariam fazendo um uso às avessas da metodologia marxista, adotando-a como entelúquia, onde o processo histórico dos países dependentes é moldado a partir de fatores externos, para daí chegarem à conclusão sobre a falta de dinamismo dos mesmos.

Cardoso assinala ao longo de sua trajetória intelectual a importância metodológica da análise sociológica e junto dela o papel do sociólogo, a fim de que se evite um caminho dogmático na construção de um objeto conferindo-lhe contornos pré-definidos e demarcando a direção da história. Nesse sentido, afirma:

[...] Temos que analisar como se relacionam as classes umas com as outras, os grupos uns com os outros e como se movem os interesses. [...] não se pode analisar o papel das classes por seus atributos específicos, mas em função de como, no movimento da história, na luta por atingir certos objetivos, umas entram em relações com as outras e conseguem ou não impor certos caminhos. [...] Os conteúdos, em ciências sociais, não estão dados na coisa, não estão dados pela definição da coisa em si, mas nas relações entre todos os grupos e classes na sociedade. Eu não posso tomar o

problema estaticamente e afirmar: é assim. É e não é. Será o que as tensões entre os diversos grupos produzir como resultado (CARDOSO, 1975, p.107).

De acordo com o autor, a dependência nada mais seria do que a expressão política do modo de produção capitalista internacional na periferia, não constituindo, portanto, uma teoria ou um conceito totalizante, como é o caso do capitalismo e das classes sociais. Do mesmo modo, Cardoso não aceitava a ideia de Nação como princípio teórico explicativo, uma vez que pretendia mostrar, justamente, que as contradições de classe em países dependentes *passavam* por contradições nacionais para se inserirem novamente no “contexto mais geral de uma contradição de classes no plano internacional e pelas contradições que derivam da existência de Estados Nacionais” (CARDOSO, 1971a).

Cardoso explicita melhor sua interpretação no livro *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes* (1971), verificando que o problema do Brasil, enquanto nação dependente, não se encontra na falta de um projeto nacional impulsionado pela burguesia, mas sim no fato dessa mesma burguesia (que não é nacional para Cardoso), não possuir uma vocação hegemônica, sendo apenas capaz de desenvolver na esfera política “reações adaptativas”. O que, sem dúvida, era fruto de situações histórico-sociais que haviam se configurado anteriormente à sua formação enquanto classe, uma vez que esta burguesia industrial nunca tivera um projeto nacional consistente. Isto não significava que ela não tivesse uma política, todavia esta, conforme Cardoso denomina sempre fora uma “política de interesses compartidos”, entre grupos nacionais e internacionais.

Dessa forma, a burguesia industrial teria procurado adaptar-se à situação de dependência, na qual se configurara a impossibilidade de política hegemônica e se desenvolveram as ideologias justificadoras das reações adaptativas na esfera política, orientando seus interesses, estritamente, para aspectos econômicos corporativos. Os interesses, portanto, emergem como fator importante para a articulação das classes, uma vez que, a despeito do comportamento acomodatório em termos políticos, a burguesia industrial procura escolher seus aliados políticos em função da posição que eles ocupam no mercado e da identificação de interesses comuns que se ajustam à dinamização do setor industrial. Nas palavras de Cardoso, já nos anos 1970:

... a prática política, a ruína do nacional-populismo, o castrismo, prática econômica expressa pela penetração dos capitais estrangeiros, teriam posto fim ao conceito e à relevância da ‘burguesia nacional’. A partir de considerações como estas passou-se a considerar as burguesias como tigres de papel (CARDOSO, 1975, p.126).

Desse modo, observa-se que a burguesia local, mesmo não sendo portadora de um projeto de edificação nacional, também não é um mero epifenômeno dos monopólios externos. Ou seja, no contexto de dependência estrutural, há uma maior ou menor margem para sua atuação, na exata medida em que ela redefine seu relacionamento com as outras classes no jogo do poder. Os estudos de Cardoso ultrapassam a simples constatação da situação de dependência e se dirigem para as possibilidades de desenvolvimento e para a questão da articulação dos interesses políticos. É a partir daí que Cardoso vai recusar a perspectiva de que o empresariado seja capaz de realizar um projeto político que possa tornar-se também hegemônico.

Nesse sentido, sem classes sociais capazes de incorporar um projeto hegemônico, o processo social parece se dar apenas pelo protagonismo dos fatos, o que é característico de contextos de revolução passiva e explica a lógica adaptativa.

Podemos entrever que após o golpe militar muitas das percepções dos intelectuais anteriores a 1964 perduraram por mais algum tempo e alimentaram ilusões revolucionaristas. Como nos esclarece Pecaute (1990, p.193): “O marxismo se impõe em suas versões eruditas ou vulgares e, com ele, um “economicismo” que deixa pouco espaço à reflexão sobre o plano político, ou ainda um radicalismo preocupado em transformar primeiro as relações de classe”.

Tendo em conta esse contexto do início dos anos setenta, ganha grande densidade a polêmica entre Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini, a propósito do livro deste último, *A dialética da dependência* (1973). Desde que escrevera, juntamente com Enzo Faletto, *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (1967), observamos as divergências apontadas com relação a Marini, fazendo referências a Santos e a Gunder Frank. Cardoso tece uma análise crítica às alternativas que restam aos países periféricos defendidas por tais autores, que se reduzem à opção entre socialismo ou estagnação social.

Desse modo, em 1978, ao escrever o artigo “As desventuras da dialética da dependência”, em parceria com José Serra, Cardoso estava como que completando uma longa polêmica, acerca do significado da dependência e das possibilidades da ação política. Nesse texto, os autores iniciam apontando a dificuldade dos intelectuais em sociedades dependentes, principalmente dos intelectuais de esquerda por estarem limitados tanto teórica quanto metodologicamente. Essas limitações os conduziram, de acordo com esta perspectiva, a formulações que não passaram de meras “aventuras políticas e não chegaram a imprimir nas coisas e na sociedade a marca de qualquer triunfo” (CARDOSO; SERRA, 1978, p.35). Além disso, afirmavam que o modelo teórico utilizado pelos intelectuais de esquerda os conduziria a uma limitação analítica, impedindo-os de visualizar os novos processos sociais, compreender concretamente o desenvolvimento dos conflitos e de vislumbrar as possibilidades reais de transformação social. Conforme Cardoso e Serra (1978, p. 35): “... é preciso mostrar como as estruturas, ao ‘reproduzirem-se’ pelas ações e relações dos homens, se recriam e dessa maneira são repostas velhas-novas contradições”.

Com isso, os autores estavam dizendo que, muito mais do que da vontade para transformar a sociedade, necessita-se de rigor metodológico, de modo que a teoria deverá estar fundamentada no instrumental analítico a fim de se evitar cair no empirismo puro ou no dogmatismo abstrato. Assim, dirão Cardoso e Serra (1978, p.36):

... dos que se empenharam por criar uma dialética da dependência... falta, isto sim, afinar o instrumental analítico e assentar as asas da razão menos na imaginação adulteradora e mais no movimento do real, escapando da repetição ou da novidade meramente verbal.

Feitas essas primeiras considerações, a argumentação se volta diretamente contra Marini com duras críticas às explicações econômicas propostas por ele e à forma como se utiliza do método marxista como fundamentação de sua análise. A seguinte passagem do texto de Cardoso e Serra é representativa da posição que assumem diante do ensaio de Marini (1978, p. 36):

(...) não é por menosprezo à análise política que a exposição se concentrará na crítica das categorias econômicas (...) interessa-nos criticar as explicações econômicas propostas porque elas, fundamentadas pobremente na teoria marxista, sugerem práticas políticas equivocadas. Se no plano da análise econômica os equívocos podem ser sanados pela crítica, as políticas inspiradas por estas mesmas análises podem levar a desastres cuja “correção” passa muitas vezes pelo sacrifício, até físico, de setores importantes de toda uma geração.

Ao contrário, é justamente por prezarem a análise política que Cardoso e Serra criticam de modo contundente as explicações econômicas de Marini, pelo potencial problemático delas no campo político, no que tange, sobretudo, à possibilidade da revolução socialista. O que parece instigar a crítica a Marini é sua construção de uma teoria com pouca ou nenhuma consideração pela dimensão política, em virtude de estar embebida de um marxismo dogmático.

Cardoso e Serra estão criticando, no limite, os resíduos da geração intelectual de esquerda pré-64 no que tange, voltamos a assinalar, à opção teórica e metodológica daqueles. O que nos fica implícito nessa passagem é a necessidade de se avançar o debate com amplitude de pensamento, a fim de se refletir sobre novas alternativas para a sociedade brasileira e latino-americana, alternativas que reúnam as condições para se transformar em prática política real. Para Serra e Cardoso, o marxismo como teoria e a revolução socialista como prática – nos termos de Marini e, até certo ponto, de Theotônio dos Santos – não parecem ser alternativas plausíveis nem como método nem como “solução” para a situação brasileira sob o regime autoritário.

Em contrapartida ao que afirma Marini, Cardoso e Serra apoiam a ideia de que foi a partir da constatação da inviabilidade dos projetos de desenvolvimento nacional que surgiram as primeiras elaborações em torno da dependência. Essa constatação teria gerado dentre os intelectuais marxistas, segundo eles, certa confusão entre a inviabilidade do projeto de desenvolvimento nacional e autônomo com a frustração do desenvolvimento capitalista, que estabeleceria na periferia a concentração de renda e a desigualdade social. Apesar de Cardoso e Serra não deixarem de reconhecer a crítica metodológica que contribui para a formulação do conceito de dependência, foi Marini que colocou maior ênfase neste aspecto, ao tecer sua discussão criticando diretamente as posições do PCB e defendendo a luta armada.

Na perspectiva de Cardoso e Serra, não só Marini, como também Frank e Santos falhariam ao colocar a revolução como a única saída para o jugo imperialista apontando, em contrapartida a ela, a estagnação econômica e a degradação social. Muito longe deste pensamento, como vimos, Cardoso procura vislumbrar as possibilidades que restam aos países periféricos dentro do contexto da dependência.

Ao encerrar o texto com o item “Um quase epílogo”, Cardoso e Serra acrescentam que Marini teria sido o intelectual mais ambicioso de sua corrente de pensamento, revelando melhor que ninguém como uma análise de aparência dialética, mas marcada pelo reducionismo econômico, pode conduzir à penumbra as possibilidades de opções políticas, bem como as alternativas históricas dos homens. Desse modo, Cardoso e Serra ponderariam que:

... este estilo de pensamento desarticula as opções políticas frente ao peso da economia ao mesmo tempo em que deixa ardendo a pira sagrada da Revolução. Logo, só o assalto final, não à Razão, posto que este se faz aos poucos e a golpes de erros de lógica e de interpretação, mas ao Estado, no dia do Juízo Final, poderá pôr um

ponto definitivo a tanto peso das estruturas da dependência, que se reproduzem como um Moloch animado pelo motu continuo. (...) Passa-se, assim, imperceptivelmente, do economicismo equivocado ao voluntarismo político suicida (CARDOSO, SERRA, 1978 p. 77).

No mesmo número da Revista Mexicana de Sociologia em que Cardoso e Serra publicam “As desventuras da dialética da dependência” (1978), Ruy Mauro Marini escreve sua resposta a eles no artigo intitulado “Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra)”, que não seria publicado no Brasil. Neste artigo, Marini revaloriza a possibilidade da luta de classes, uma vez que com o passar da história poder-se-ia ver surgir uma classe operária cada vez mais organizada e consciente de seu papel revolucionário, por conseguir identificar, com mais clareza, o Estado como seu inimigo de classe. Sinteticamente, Marini acaba por reafirmar sua crença na revolução socialista como único caminho para a superação do modo de produção capitalista e para a emancipação do proletariado.

Constata-se que os teóricos da dependência oriundos da turbulência social que caracteriza os anos anteriores ao golpe militar de 1964 fizeram uma importante contribuição aos estudos posteriores sobre o tema, inclusive no aspecto da crítica sobre a forma que construíram suas análises. Talvez, tenha sido justamente a possibilidade de criticá-los que propiciou se pensar a questão da dependência por outros ângulos ampliando, assim, o debate.

Sobretudo, para além do aspecto da crítica que se fez, posteriormente, a Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini, estes teóricos da dependência tiveram um aporte fundamental do ponto de vista da história do pensamento social no Brasil, ao integrarem uma geração que ficara marcada por sua limitação teórica, no que diz respeito ao apego a um marxismo dogmático e, por conseguinte, à opção revolucionarista levada adiante como uma espécie de “fuga” da penetração do capitalismo na periferia, num contexto onde tal alternativa já não cabia e também por desacreditarem na possibilidade de instauração da Democracia no Brasil.

Ademais, levanta-se ainda a questão do por que o debate entre Cardoso e Marini surge de forma explícita apenas em 1978, se os escritos de Marini são de fins da década de sessenta? Talvez a ideia de Russel Jacoby (1987) caiba neste momento, ao considerar que os intelectuais, num determinado contexto, passam a refletir nas suas análises um saber subordinado à instituição acadêmica, no sentido de estarem sempre focando suas análises, conjuntamente, num mesmo contexto histórico. Como, por exemplo, fora o caso dos críticos uspianos dos anos oitenta no processo de desmontagem de temas predominantes dos anos cinquenta e início dos sessenta. Fernando Henrique Cardoso, juntamente com José Serra, talvez tenha sido pioneiros ao iniciar esta tendência analítica em 1978, com o artigo contra Marini.

Poder-se-ia, também, questionar o fato de Fernando Henrique Cardoso estar travando esse debate para falar em nome de uma intelligentsia que, pautada pelo ideário democrático, enterraria toda a herança revolucionária do pré-64. Inclusive, a partir daí, ele estaria selando sua legitimidade intelectual, já que no mesmo ano (1978), se candidataria por uma sublegenda do MDB ao Senado, transitando paulatinamente da esfera intelectual para a política.

É possível considerar ainda que a forma como Marini utilizou a ‘dialética’ para explicar a dependência teria sido uma das causas que despertara a dura crítica de Cardoso, uma vez que, seria justamente o seu modo de utilizar a metodologia de análise que o teria levado a defender a opção revolucionarista. Em contrapartida, Cardoso enfatizaria a participação política e o fortalecimento da sociedade civil

como caminho, e passaria a considerar a Escola da Dependência um problema político antes de um problema meramente intelectual. Segundo Lehmann, Fernando Henrique Cardoso não apoia – e provavelmente considera desagradável, quando não arrogante – a tentação de se colocar os objetivos econômicos e sociais acima da questão política da participação, o que certamente constitui uma marca registrada de muitas receitas marxistas dogmáticas com relação à possibilidade da transformação social (LEHMANN, 1986, p. 32).

Nessa competição de interpretações revela-se um dilema a respeito das implicações da ação própria do intelectual – enquanto sujeito voltado à reflexão teórica – sobre os desdobramentos reais que tais reflexões trarão para a sociedade, o que no limite aproxima o intelectual da política. Assim, o debate entre uma intelectualidade pautada por ideais revolucionários, numa perspectiva de superação do modo de produção capitalista – através da construção de uma teoria marxista da dependência – parece colidir com uma intelectualidade que se abre a uma discussão de reconhecimento da diversidade de interesses dentro do processo político – através de análises concretas de situações de dependência, apontando para a democratização do sistema.

Nesses termos, resgatar o debate entre duas gerações de intelectuais, fortemente diferenciadas pela história do pensamento social no Brasil, constitui parte de um processo que no seu decorrer fora demarcando o território de análise no campo das Ciências Sociais; essa separação é acentuada com a transição democrática do regime autoritário em fins da década de setenta parecendo revelar uma nova fase não só para a política e a economia brasileiras, mas, sobretudo para uma intelligentsia que, em sua relação com os partidos e a sociedade civil, mostrava-se como “intérprete da mudança” (Lahuerta, 2001), principalmente porque a agenda do pré-64 não se cumpriu.

Bibliografia

AGGIO, A. O Labirinto da Transição e o Enigma da Democracia na América Latina. In: **Presença – Revista de Política e Cultura**. R.J: Centro de Pesquisas e Difusão Cultural, n. 18 – junho, 1992.

ALMEIDA, M^a H. T. **Tomando Partido, Formando Opinião**. S.P.: Editora Sumaré, 1992.

ARANTES, P. E. **Sentimento da Dialética na experiência intelectual brasileira: Dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz**. R.J.: Paz e Terra, 1992.

ARAÚJO, Elizeu Serra de. **A teoria da dependência enquanto interpretação do desenvolvimento capitalista nas formações sociais periféricas: as versões de Cardoso e Marini**. 2001. 132 f. Dissertação (mestrado em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2001.

BASTOS, E. R.; RÊGO, W. D. L. A moralidade do compromisso. In: **Intelectuais e Política: a moralidade do compromisso**. S.P.: Olho d’água, 1999. P. 7- 42.

BAPTISTA, K. A. **Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso: o debate sobre a questão da dependência - um capítulo do pensamento social no Brasil**. Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, S.P., 2004.

BOTELHO, A.; LAHUERTA, M. Interpretações do Brasil, pensamento social e cultura política: tópicos de uma necessária agenda de investigação. In: **Revista Perspectivas – Revista de Ciências Sociais**. S.P.: Ed. UNESP. Vol. 28, jul-dez, 2005. P. 7-15.

BRANDÃO, G. M. Linhagens do Pensamento Político Brasileiro. In: **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. R.J., Vol. 48, ano 2, 2005, pp. 231 a 269.

CARDOSO, F. H. **O Modelo Político Brasileiro e outros ensaios**. 5ª edição. R.J.: DIFEL, 1993.

_____. **Democracia Necessária**. 3ª edição. Campinas: Papirus, 1985.

_____. Introdução (Quase um Prefácio). In: **Sociedade e Política no Brasil Pós-64**. Bernardo Sorj e Maria Hermínia Tavares de Almeida (organizadores). 2ª edição, S.P.: Brasiliense, 1984.

_____. PMDB: Um Partido de Massas? In: **Revista do PMDB**. R.J.: Fundação Pedroso Horta. Ano 1, nº1, julho, 1981.

_____. **As ideias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes – CEBRAP, 1980.

_____. Os impasses do regime autoritário: o caso brasileiro. In: **Estudos CEBRAP 26**. S.P: Editora Brasileira de Ciências Sociais LTDA, 1979. P. 170-194.

_____. Estado Capitalista e Marxismo. In: **Estudos CEBRAP 21**. S.P: Editora Brasileira de Ciências Sociais LTDA, 1977.

_____. *et al.* Hegemonia Burguesa e Independência Econômica: Raízes Estruturais da Crise Política Brasileira, In: **Brasil: Tempos Modernos**. 2ed. R.J.: Paz e Terra, 1977a.

_____. Estatização e Autoritarismo Esclarecido: Tendências e Limites. In: **Estudos CEBRAP 15**. S.P: Editora Brasileira de Ciências Sociais LTDA, 1976.

_____. **Autoritarismo e Democratização**. R.J.: Paz e Terra, 1975.

_____. **Mudanças Sociais na América Latina**. S.P, DIFEL, 1969.

CARDOSO, F.H.; FALLETO, E. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. R.J.: Zahar Editora, 1975.

CARDOSO, F.H.; SERRA, J. As Desventuras da Dialética da Dependência. In: **Estudos Cebrap 23**. S.P.: Editora Vozes, 1978, pp. 33-80.

CARVALHO, M. A. R. Apresentação. In: **Presença – Revista de Política e Cultura**. R.J., nº 17, Nov., 1991.

CARVALHO, J. M. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. In: **Prismas. Revista de História Intelectual**. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, nº 2, 1998. P. 149-168.

CEPÊDA, V. A. **Estado, democracia e nação na teoria do subdesenvolvimento**. Disponível em:
<http://www.sep.org.br/artigo/_861__d4b012a6ed845f6bac443e6cd55e34a7.pdf.
Acesso em: 07/10/2008.

CRUZ, S. Velasco; MARTINS, C. E. De Castello a Figueiredo: Uma Incursão na pré-História da ‘Abertura’. In: **Sociedade e Política no Brasil Pós-64**. Bernardo Sorj

e Maria Hermínia Tavares de Almeida (organizadores). 2ª edição, S.P.: Brasiliense, 1984.

DREIFUSS, R. A.; DULCI, O. S. As Forças Armadas e a Política. In: **Sociedade e Política no Brasil Pós-64**. Bernardo Sorj e Maria Hermínia Tavares de Almeida (organizadores). 2ª edição, S.P.: Brasiliense, 1984.

IANNI, O. **Pensamento social no Brasil**. S.P.: EDUSC, 2004.

JACOBY, Russel. Os Últimos Intelectuais. A Cultura Americana na Era da Academia. São Paulo: Trajetória Cultural, 1987.

LAHUERTA, M. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil, in **Cadernos AEL**, v.8, n.14/ 15, 2001.

_____. **Intelectuais e Transição: entre a política e a profissão**. S.P. 271p. (Tese de doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, 1999.

LEHMANN, D. Cardoso: da dependência à democracia. In: **Novos Estudos CEBRAP 14**, fev., p. 31-36, 1986.

MARINI, R. M. **Dialéctica de la Dependencia**. México: Ediciones Era, 1973.

MARTINS, L. A Gênese de uma Intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil – 1920 a 1940. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Nº 4, vol. 2, jun., 1987.

MORAES, D. de. **A Esquerda e o Golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões**. R.J: Espaço e Tempo, 1989.

MOTA, C. G. **Ideologia da Cultura Brasileira: pontos de partida para uma revisão histórica (1933-1974)**. 3ª edição: S.P.: Ática, 1977.

PALMA, Gabriel. Dependencia y Desarrollo: Una Visión Crítica. In: **La Teoría de la Dependencia: una reevaluación crítica**. México: Fondo de Cultura Económica, 1987. (Dudley Seers, compilados.)

PÉCAUT, D. **Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação**. S.P.: Ática, 1990.

PEREIRA, L. C. Bresser. A Economia do Subdesenvolvimento Industrializado. In: **Estudos CEBRAP 14**. S.P.: Editora Brasileira de Ciências LTDA, 1975.

QUEIROZ, M. V. de; EVANS, P. Um delicado equilíbrio: o capital internacional e o local na industrialização brasileira. In: **Cadernos CEBRAP 28**. Mimeografado, 1976. P. 06-34.

ROMERO, M. **O Pensamento de Fernando Henrique Cardoso – Liberalismo e Social-Democracia**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Franca, 2000.

SILVA, L. F. da. **Pensamento Social Brasileiro: Marxismo Acadêmico entre 1960 e 1980**. São Paulo: Corações & Mente, 2003.

SILVEIRA, C. E. A “Análise do Modelo Brasileiro” de Celso Furtado. In: **Estudos CEBRAP 3**. S.P.: Editora Brasileira de Ciências LTDA, 1973.

SORJ, B. **A Construção Intelectual do Brasil contemporâneo: Da resistência à ditadura ao governo FHC**. R.J.: Jorge Zahar, 2001.

SORJ, B.; MITRE, A. **A trajetória do CEBRAP e as Ciências Sociais no Brasil**, 1985, mimeo.

TAVARES, M. C.; SERRA, J. **Mais além da estagnação. Uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente no Brasil**, 1971 (mimeografado).

TOLEDO, C.N. A democracia populista golpeada. In: **1964: Visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo**. Caio Navarro de Toledo (org.), Campinas, S.P.: Editora da Unicamp, 1997.

VELHO, O. G. Processos Sociais no Brasil pós-64: as Ciências Sociais. In: **Sociedade e Política no Brasil Pós-64**. Bernardo Sorj e Maria Hermínia Tavares de Almeida (organizadores). 2ª edição, S.P.: Brasiliense, 1984.